



Plenário analisa novas regras para rateio de bônus do pré-sal

Senadores também podem finalizar nesta semana o debate e a votação do texto principal da reforma da Previdência, mas o Congresso ainda vai analisar uma proposta paralela

Marcos Oliveira/Agência Senado — 2/10/2019



Distribuição de parte dos recursos do leilão de petróleo do pré-sal entre os entes da Federação é tema de projeto na pauta desta semana no Senado

O projeto que define novas regras para o rateio de parte dos recursos do leilão de petróleo do pré-sal pode ser discutido em Plenário a partir de hoje. O leilão será realizado no dia 6 de novembro e deve gerar R\$ 10,9 bilhões para os estados.

O Senado também pode finalizar a análise do texto principal da reforma da Previdência. O Plenário terá hoje e amanhã as duas últimas sessões de discussão do texto final da PEC, deixando a proposta pronta para a votação em segundo turno. O Plenário também precisa votar duas medidas provisórias, a que autoriza a prorrogação de 30 contratos temporários de pessoal na Força Aérea, e a que mantém 819 servidores requisitados na Defensoria Pública da União. **3**

Ministro afirma que pensão não pode afetar cofres

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, disse ontem, que a pensão a crianças vítimas da zika é importante, mas não pode gerar prejuízos aos cofres públicos. Especialistas reclamam,

no entanto, que as regras para recebimento do benefício são muito restritivas. A família que receber a pensão terá, por exemplo, de abrir mão do Benefício de Prestação Continuada. **2**

Jefferson Rony/Agência Senado



Ao lado do senador Izalci Lucas (D), Osmar Terra diz que objetivo é ajudar crianças com microcefalia sem infringir lei fiscal

Debatedores alertam sobre risco à soberania do país

Em debate na Comissão de Direitos Humanos, representantes do Serpro e da Dataprev disseram que a privatização dessas empresas de tecnologia e processamento de dados coloca

em risco a soberania nacional. Eles lamentaram que o programa de privatização do governo federal incluía empresas que dão lucro à União e realizam serviços de excelência. **3**

Genaldo Menezes/Agência Senado



Da Dataprev, Maria Lago diz, ao lado de Paim, que as empresas prestam serviço estratégico para desenvolvimento do país

especial
cidadania



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Venezuelano pede trabalho em RR: desemprego alto entre refugiados

Por desinformação, empresas temem contratar refugiados

Pesquisa mostra que, apesar de refugiados terem escolaridade mais elevada do que brasileiros, desemprego entre eles é o dobro do índice nacional. Empresários evitam contratá-los

por imaginar que processo de admissão é burocrático e demorado e até por supor que empregá-los é ilegal. Senado, Ministério da Justiça, ONU e ONGs atuam para derrubar esses mitos. **4**

Comissões começam a votar emendas à Lei Orçamentária e Plano Plurianual

Algumas comissões do Senado, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional votam a partir de hoje emendas à Lei Orçamentária Anual para 2020 e ao Plano Plurianual

2020-2023. Outras comissões ainda estão recebendo sugestões e farão as votações na próxima semana. Hoje vota emendas a Comissão Mista de Orçamento. **3**

Ajuda a vítimas não pode gerar prejuízo, diz ministro

Para ministro da Cidadania, pensão vitalícia a crianças com microcefalia é importante, mas não deve comprometer contas públicas em momento de crise. Familiares e especialistas reclamam de regras restritivas

EM AUDIÊNCIA ONTEM na comissão mista que analisa a MP 894/2019, o ministro da Cidadania, Osmar Terra, afirmou que a pensão vitalícia para crianças com microcefalia é de “extrema importância”, mas não pode gerar prejuízo para os cofres públicos em momento de crise. A MP institui uma pensão vitalícia de um salário mínimo para as crianças que nasceram com microcefalia decorrente da infecção pelo Zika vírus, entre janeiro de 2015 e dezembro de 2018.

— O nosso objetivo é um só: beneficiar o máximo possível, dentro da lei e sem correr risco de irresponsabilidade fiscal, as mães e as famílias de crianças que foram vítimas dessa tragédia do Zika — afirmou.

A secretária da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Angela Gandra Martins, declarou que a MP é um “primeiro passo”, mas que é necessário continuar a buscar outras soluções.

Parlamentares, no entanto, questionaram trechos da medida e pediram para que as



Segundo Terra, o benefício não pode prejudicar o esforço fiscal

emendas apresentadas sejam acatadas no relatório, o qual será apresentado amanhã por Izalci Lucas (PSDB-DF).

Restrições

Já em audiências públicas anteriores, pesquisadores e especialistas ouvidos aprovaram a pensão vitalícia, mas consideraram restritivos os critérios para a concessão do benefício. Na mesma linha de raciocínio estão as famílias de crianças com problemas causados pela síndrome congênita do Zika vírus. Para os familiares, os

critérios para concessão do benefício limitam a reparação de muitas das vítimas.

Os principais pontos criticados são o limite de tempo definido pela medida provisória, que abrange apenas as crianças nascidas entre 2015 e 2018, e o fato de que, para pedir a pensão, é necessário ser beneficiário do BPC. Para diversos especialistas, a pensão de um salário mínimo não é o suficiente, principalmente devido ao fato de que a contaminação por Zika vírus está relacionada a questões estruturais de pobreza.

Segundo o deputado Jorge Solla (PT-BA), é necessário incluir entre as beneficiárias as crianças nascidas em 2019 e as que têm outras condições causadas pela síndrome congênita do Zika, pois os problemas causados pelo vírus não se limitam à microcefalia.

— Entendo as dificuldades orçamentárias, a questão é que temos o poder no Congresso de eleger prioridades e estamos falando de um impacto econômico “micro” — disse.

Jorge Kajuru destaca importância do Outubro Rosa

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) destacou ontem a importância do Outubro Rosa, campanha anual



Waldemir Barreto/Agência Senado

de estímulo à prevenção e ao diagnóstico precoce do câncer de mama. O senador lembrou que o movimento, surgido nos Estados Unidos ainda no século 20, se espalhou pelo mundo e chegou ao Brasil em 2008. O uso do laço rosa é uma maneira de sensibilizar as pessoas e alertar sobre a doença, disse Kajuru. Segundo ele, a taxa de incidência do câncer de mama no país é de 49 casos a cada 100 mil mulheres.

Sínodo não pode ser reunião ideológica, diz Marcos Rogério

Marcos Rogério (DEM-RO) pediu ontem cautela aos participantes do



Gerardo Magela/Agência Senado

Sínodo da Amazônia, realizado pelo Vaticano. Para o senador, bispos e demais convidados devem destacar a realidade da região e de suas populações sem apego político e ideológico.

Marcos Rogério disse que os congressistas devem deixar o “romantismo em torno da floresta” de lado e pensar nas necessidades das populações que precisam sobreviver da região.

Gurgacz adverte sobre interesse de fora na Amazônia

A cano-nização da Irmã Dulce foi aplaudida ontem por Acir Gurgacz



Waldemir Barreto/Agência Senado

(PDT-RO). O senador também comentou a Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica, na Santa Sé. Apesar de elogiar as declarações do papa e dos bispos, ele afirmou que é preciso cuidado com os discursos ambientalistas.

— Por trás desses discursos ambientalistas, escondem-se os interesses estrangeiros bem mais perversos.

Parlasul manifesta preocupação com economia do Equador

Em sessão do Parlamento do Mercosul (Parlasul) realizada ontem no Uruguai, foi debatida a crise política e econômica do Equador.

Na declaração aprovada, o Parlasul expressou preocupação com a aplicação de políticas de ajuste por parte do governo da República do Equador, exigidas pelo Fundo Monetário Internacional, que têm impacto negativo sobre o povo equatoriano.

O Plenário rejeitou a aplicação do Estado de exceção e a redução das garantias constitucionais. Também condenou a posição do secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) ao criminalizar o protesto social dos movimentos indígenas no Equador.

O texto aprovado apela ao diálogo entre as partes, assim como proposto pela Conferência Episcopal do Equador e pelo sistema das Nações Unidas com sede no país, e enfatiza que a solução para a crise deve ser resolvida no âmbito da Constituição equatoriana.

O senador Humberto Costa (PT-PE), que participou da reunião, afirmou que a crise é resultado da política neoliberal, com medidas econômicas antipopulares e antinacionais.

— O decreto começa com a suspensão dos subsídios aos combustíveis, gerando um aumento de 123% nos produtos comercializados em termos de combustíveis naquele país, que também é acompanhado por uma reforma trabalhista que retira inúmeros direitos dos trabalhadores do setor privado e especialmente do setor público — disse.

Humberto destacou ainda que o presidente do Equador, Lenín Moreno, foi eleito por sua aliança política com o ex-presidente Rafael Correa e traiu sua confiança. O senador denunciou as ações criminosas dos produtores de notícias falsas, que, segundo ele, agem de forma criminosa para favorecer a extrema direita. Ele destacou que em breve haverá eleições no Uruguai, na Bolívia e na Argentina.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDH Previdência militar

9h Audiência para debater Previdência e trabalho, com foco na previdência dos militares. Às 14h, debate sobre educação domiciliar.

CAE Indicado para o Banco Central

10h Sabatina de Fabio Kanczuk.

CRA Pesquisas sobre o cacau

10h Audiência para debater avanços das pesquisas sobre o cacau brasileiro. Foram convidados representantes da Ceplac, do Ministério da Agricultura e da Embrapa.

CE Pagamento de passaporte

11h Na pauta de 18 itens, o PL 861/2019, que isenta estudantes de pagarem por passaporte.

CMA Regulação fundiária e Amazônia

14h Audiência para discutir grilagem, regularização fundiária, desmatamento e mecanismos de fiscalização na Amazônia.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Duas medidas provisórias na pauta: MP 887 (contratos temporários de pessoal da Aeronáutica) e MP 888 (servidores requisitados na Defensoria Pública da União).

CMO Plano Plurianual

14h30 Análise das emendas ao PPA de 2020–2023 e ao PLOA de 2020. Às 15h30, audiência para debater desenvolvimento de atividades turísticas no Brasil.

MP 894/2019 Criança com microcefalia

14h30 Análise do relatório.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Novas regras para distribuição de recursos do pré-sal estão na pauta

Senado também pode finalizar nesta semana a análise do texto principal da proposta de reforma da Previdência e votá-la amanhã

O PLENÁRIO PODE discutir a partir de hoje o projeto de lei que define novas regras para o rateio de parte dos recursos do leilão de petróleo do pré-sal a ser realizado em 6 de novembro (PL 5.478/2019). O leilão deve gerar R\$ 10,9 bilhões para os estados.

Os senadores haviam estabelecido que os recursos seriam divididos de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que privilegia as regiões com menor renda per capita. Porém, a Câmara retirou esse formato da norma que foi promulgada em setembro (Emenda Constitucional 102).

O texto prevê que o rateio entre os estados obedecerá a dois parâmetros: dois terços proporcionalmente aos índices de repartição do FPE e um terço segundo os critérios de ressarcimento da Lei Kandir

(Lei Complementar 87, de 1996). O projeto ainda precisa receber o parecer do relator, senador Omar Aziz (PSD-AM). Ele veio da Câmara e, se for aprovado sem alterações, poderá seguir para sanção.

Previdência e MPs

O Senado também pode finalizar nesta semana a análise do texto principal da reforma da Previdência. O Plenário terá hoje e amanhã as duas últimas sessões de discussão do texto final da PEC 6/2019. Se cumprido o calendário, amanhã a proposta estará pronta para a votação em segundo turno.

O Plenário também precisa votar duas medidas provisórias. Uma delas (MP 887/2019) autoriza a prorrogação de 30 contratos temporários de pessoal na Força Aérea, por dois anos, ao custo de R\$ 6,6 milhões. Os contratos têm

a ver com a conclusão do projeto do avião cargueiro KC-390, da Embraer. A segunda (MP 888/2019) mantém 819 servidores requisitados do Executivo na Defensoria Pública da União (DPU). Ela teve emendas de redação e tramita na forma de projeto de lei de conversão que, se for aprovado, vai à sanção.

Também podem avançar as discussões de três propostas: a PEC 42/2019, que revoga a isenção de ICMS sobre a exportação de grãos e minérios, a PEC 19/2014, que inclui a mobilidade e a acessibilidade entre os direitos fundamentais, e a PEC 47/2012, que permite que os estados legislem sobre trânsito e transportes.



Leilão do petróleo do pré-sal pode render R\$ 10,9 bi para os estados

Styvenson critica formação de conselho da UIF

Styvenson Valentim (Podemos-RN) questionou ontem a quem interessa o esvaziamento da Unidade de Inteligência Financeira (UIF), antigo Coaf, que será administrativamente vinculada ao Banco Central, conforme determina a MP 893/2019, que foi editada em 19 de agosto e segue em tramitação no Congresso.

De acordo com Styvenson, o novo conselho da UIF precisa seguir o processo de escolha do Coaf, então composto por servidores do quadro de pessoal de órgãos como o Banco Central, Polícia Federal, Receita Federal e Controladoria-Geral da União.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Quem ganha mais deve pagar mais, afirma Paulo Rocha

Paulo Rocha (PT-PA) defendeu ontem a aprovação de uma reforma tributária que cobre mais de quem ganha mais e menos de quem ganha menos. Ele disse que a oposição apoia o aumento de impostos sobre renda e patrimônio desde que seja diminuída a tributação sobre o consumo. Ele mencionou proposta apresentada na Câmara pelos partidos de oposição. Entre outros pontos, o texto aumenta a incidência do IPVA sobre bens de luxo, como aeronaves, e institui imposto sobre grandes fortunas e sobre grandes heranças, como é no modelo americano.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissões começam a votar emendas ao Orçamento

Algumas das comissões do Senado, da Câmara e do Congresso votam a partir de hoje emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020 e ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Outras comissões ainda estão recebendo sugestões de emendas e farão as votações na próxima semana.

Debate: privatizações afetam soberania nacional

A privatização de empresas de tecnologia e processamento de dados, como o Serpro e a Dataprev, coloca em risco a soberania nacional, avaliaram ontem debatedores em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O debate foi sugerido pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que preside o colegiado. Ele informou que, no pacote de privatizações do governo, constam 17 empresas estatais.

Da Coordenação Nacional de Campanha Salarial da Dataprev, Maria do Perpétuo Socorro Lago lamentou que

o programa de privatização anunciado pelo governo incluía empresas que dão lucro à União e realizam serviços de excelência, considerados estratégicos para o desenvolvimento do país, como a Dataprev e o Serpro.

Para ela, a soberania nacional seria comprometida com a entrega a multinacionais da gestão e do desenvolvimento de sistemas que controlam dados estratégicos do país.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Empregados da Dataprev, Ugo Cavalcanti, disse que a estatal

processa o pagamento de mais de 35 milhões de benefícios, tendo obtido lucro líquido em 2018 de R\$ 151 milhões. Para ele, ao privatizar empresas que têm evoluído, investido em modernização e que são competitivas frente à iniciativa privada, o governo assume riscos como a suspensão de serviços críticos devido à falta ou atrasos de pagamentos, o aumento de custos para o Estado, a perda de experiência e dos conhecimentos acumulados, além de comprometer a qualidade do serviço para a população.

Governo tem que cobrar dívidas das empresas, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem o governo por não cobrar as empresas devedoras à Previdência. Matéria de *O Globo* aponta o endividamento cresceu 84% em 6 anos. Ele ressaltou que, se o governo cobrasse, o país arrecadaria mais do que o previsto com a reforma da Previdência em dez anos.

— A decisão política é esta: ‘Não vamos mexer com os grandes. Não vamos tocar nos intocáveis, principalmente do sistema financeiro’. Quem, então, vai pagar a conta? Quem ganha de um a três salários. São esses que estão sendo chamados a pagar a conta.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Collor quer limite a abusos do Estado na apuração de crimes

Fernando Collor (Pros-AL) defendeu ontem a aprovação de regras com limites à atuação do Estado na apuração da prática de crimes. Para ele, a medida é necessária para impedir abusos e ilegalidades de órgãos que deveriam agir em conformidade com a lei.

Collor citou como exemplo de arbítrio a operação da Polícia Federal deflagrada na semana passada em Maceió para apurar suposto esquema de lavagem de dinheiro, por meio da aquisição de imóveis em leilões judiciais. Segundo o senador, os agentes invadiram sua residência.



Waldemir Barreto/Agência Senado

STF pode minar luta contra corrupção, aponta Alvaro Dias

O combate à corrupção pode ser duramente atingido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamentos que devem ocorrer até o final do ano, afirmou Alvaro Dias (Podemos-PR).

Entre as ações, o senador mencionou a que questiona a legalidade do cumprimento da pena de prisão a partir da segunda instância, antes do trânsito em julgado da sentença. Além disso, caberá ao STF confirmar decisão que proibiu, sem autorização judicial, o uso de informações do antigo Coaf em inquéritos para apurar lavagem de dinheiro e corrupção.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Eduardo Girão, Lava Jato sofre boicote dos Poderes

Eduardo Girão (Podemos-CE) defendeu a continuidade da Lava Jato, que, disse, estaria sofrendo boicote do Judiciário, do Executivo e do Legislativo.

— O Supremo com outros Poderes, inclusive o Legislativo, e o Executivo também estão, como um quebra-cabeça vivo, boicotando a Lava Jato. A gente quer a CPI da Lava Toga para que a verdade venha e a gente entenda que acordão é esse que está sendo feito. E pasmem: do Executivo também. Olhem só que sinuca de bico! — disse o senador, pedindo pressão popular em favor da Lava Jato.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jean Paul Prates registra realização da Festa do Boi

Jean Paul Prates (PT-RN) registrou ontem a 57ª Exposição de Animais, Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Rio Grande do Norte, conhecida como Festa do Boi. Ele esteve no sábado na abertura oficial do evento, em Parnamirim, e relatou que a governadora Fátima Bezerra fez um balanço das ações que vem implementando para a revitalização da agropecuária potiguar e assinou decretos para beneficiar os produtores de carne bovina, de camarão e os agricultores familiares.

— O principal objetivo da Festa do Boi é a geração de negócios — explicou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Empresas do país evitam contratar refugiados

Pesquisa mostra que há desinformação e preconceito entre recrutadores. A maioria ignora que o estrangeiro já pode trabalhar regularmente assim que pede refúgio ao Brasil

Ricardo Westin

PARA OS REFUGIADOS, ser contratado por uma empresa brasileira é particularmente difícil. Uma pesquisa feita neste ano pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) mostra que 20% dos estrangeiros refugiados no Brasil vêm procurando trabalho, mas sem sucesso. Trata-se quase do dobro da taxa nacional de desemprego, que é de 12% da população economicamente ativa.

Em certas situações, a dificuldade para os refugiados entrarem no mercado de trabalho é até compreensível. Como muitas vagas são preenchidas por indicação, eles acabam ficando em desvantagem por terem uma rede de contatos pequena no Brasil. A falta de domínio do português aparece como um entrave adicional no caso dos recém-chegados.

Há motivos, contudo, que não são compreensíveis. Com frequência, é por pura falta de informação que as empresas descartam logo de cara o currículo dos refugiados. Muitos empresários pensam que o processo de contratação de estrangeiros é mais complexo, burocrático e demorado do que o de um brasileiro. Outros empregadores supõem que seja ilegal admitir refugiados e que, fazendo isso, serão multados pelo Ministério do Trabalho ou até presos pela Polícia Federal.

Nada disso é verdade. A contratação de refugiados é perfeitamente legal e segue as mesmas regras para a admissão de brasileiros, sem implicar nenhum ônus ou encargo extra para o empregador.

Esclarecer as empresas é urgente. Até pouco tempo atrás, os refugiados eram um tema estranho aos brasileiros, restrito ao noticiário internacional, mas eles vêm se transformando numa questão cada vez mais doméstica. Em 2010, o Ministério da Justiça recebeu menos de mil solicitações de refúgio. No ano passado, 80

mil. Foi o recorde histórico. Por causa desse volume, o Brasil se tornou o sexto país ao qual estrangeiros mais recorreram em busca de proteção. A maior procura foi de venezuelanos, fugidos da crise política, econômica e social de seu país.

As crenças equivocadas das empresas foram reveladas por um estudo conduzido pelo professor Leandro de Carvalho, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB). Ele ouviu 400 recrutadores de firmas de todos os portes localizadas na região metropolitana de São Paulo.

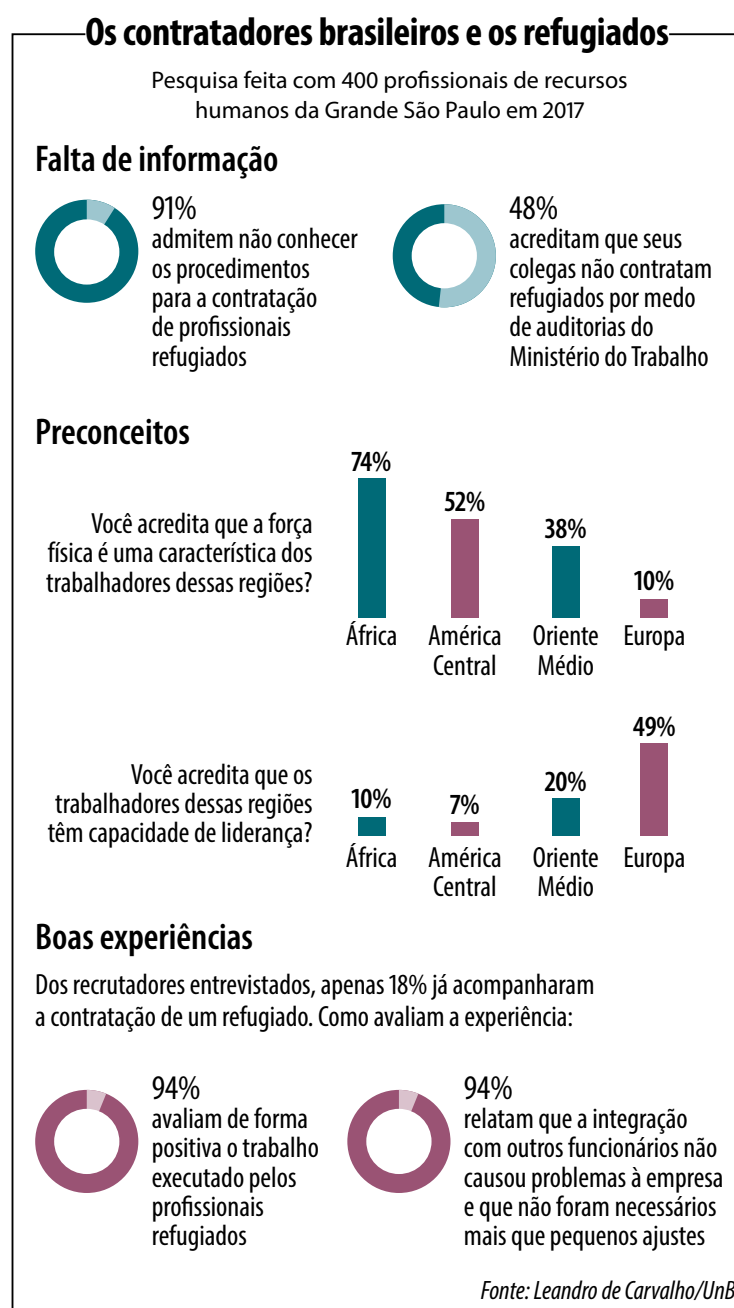
Ex-funcionário de uma ONG que presta assistência a refugiados, Carvalho decidiu mergulhar na questão após constatar que, por mais que tenham aulas de português, passem por cursos de capacitação e revalidem seus diplomas, eles raramente conseguem ser aprovados nos processos seletivos das empresas.

— Ainda que o refugiado seja capacitado, o determinante para o recrutador não é o currículo que está na sua mão ou o próprio candidato que está na sua frente, mas, sim, a informação, quase sempre equivocada, que ele tem a respeito do processo de contratação. Isso faz com que o refugiado não concorra com o brasileiro em condições de igualdade — afirma.

Carga negativa

O refugiado é um tipo específico de imigrante. Ele fugiu de seu país para sobreviver. Para que o Brasil conceda o refúgio, o estrangeiro precisa provar que, caso permanecesse lá, seria vítima de perseguição (por motivo racial, religioso ou político), teria seus direitos humanos violados ou poderia morrer num conflito armado. Assim que pede refúgio, o imigrante ganha a proteção do governo brasileiro e não pode ser devolvido para o seu país.

Tanto o refugiado quanto o solicitante de refúgio se encon-



tram em situação regular no Brasil e, dessa forma, podem trabalhar. Entre os documentos que o estrangeiro recebe logo que pede refúgio, está justamente a carteira de trabalho.

Por ser uma realidade nova no Brasil, muita gente ainda não sabe o que significa ser refugiado. Uma certa carga negativa pesa sobre essa palavra, que pode remeter aos latino-americanos que tentam cruzar a fronteira dos EUA ilegalmente, aos bolivianos que são explorados em confecções clandestinas de São Paulo e até mesmo a criminosos fugitivos internacionais. Talvez sejam essas associações que levem empresários a temer o Ministério do Trabalho e a Polícia Federal.

— O estereótipo engana. Na realidade, os refugiados são gente como a gente. Entre eles, há pessoas com todos os níveis sociais, de escolaridade e de qualificação profissional. O que houve foi que, por força de guerra ou crise, foram forçados a deixar sua terra e a recomeçar a vida em outro país — explica o oficial de Meios de Vida do Acnur, Paulo Sérgio de Almeida.

A mesma pesquisa do Acnur que apontou o elevado índice de desemprego entre os refugiados também mostrou que,

ao contrário do que se pode imaginar, a escolaridade deles é mais alta do que a média nacional. Segundo o estudo, 34% dos refugiados que moram no país têm ensino superior. Entre os brasileiros, o índice é de 17%.

Quando o mercado de trabalho não enxerga os refugiados adequadamente, ou eles ficam desempregados, ou se sujeitam a empregos formais aquém da sua qualificação ou ainda a serviços informais nos quais ficam expostos a todo tipo de exploração.

Um dos trabalhos que a ONG Compassiva, de São Paulo, faz é auxiliar os refugiados a revalidarem seus diplomas. Em agosto, a equipe jurídica da Compassiva organizou um mutirão voltado para os venezuelanos e, em apenas dois dias, montou 62 processos e os remeteu às universidades. A ONG já ajudou a revalidar diplomas de refugiados de países como Síria, Nigéria e Moçambique.

Atualmente, o senador Flávio Arns (Rede-PR) prepara um projeto de lei que isenta os refugiados das taxas cobradas pelas universidades para revalidar diplomas.

— Ao facilitar o processo de revalidação de diplomas, permitiremos o trabalho de

indivíduos que muito têm a contribuir para o desenvolvimento do país — explica.

No início deste mês, Arns conduziu uma audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) em que se discutiram as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no Brasil. O debate foi realizado a pedido do senador Paulo Paim (PT-RS).

— O Brasil precisa criar uma política de emprego para os refugiados — afirma Paim. — E não se trata apenas de uma questão humanitária. Quando entram no mercado, eles passam a pagar suas contribuições, tornam-se consumidores, estimulam a produção local. Isso fortalece a nossa economia.

O Ministério da Justiça diz que atua na inclusão dos refugiados participando de eventos de federações empresariais que buscam sensibilizar o setor produtivo a contratá-los.

Ganhos culturais

Em Brasília, a rede de *fast food* Tomatzo empregou há dois meses um refugiado haitiano como auxiliar de cozinha. O diretor de Comunicação da empresa, Marcus Vinícios de Oliveira Santos, afirma:

— Já podemos ver que ele tem mais motivação e força de vontade do que costumamos ver nos colaboradores brasileiros. Por ter enfrentado tanta dificuldade para chegar aqui e querer muito construir uma vida nova no Brasil, ele abraçou essa oportunidade com força. O colaborador novo acabou motivando toda a equipe.

Os ganhos com contratações desse tipo vão além. Os próprios clientes acabam se beneficiando, segundo André Neiva Tavares, sócio da padaria Castália, também em Brasília. Ele contratou um casal de venezuelanos — ele como padeiro e ela como atendente.

— O estrangeiro naturalmente desperta a curiosidade. Todos querem saber de onde é, por que veio, como é o seu país. Como ainda somos um país fechado, com pouco contato inclusive com os países vizinhos, ele acaba trazendo um ganho cultural imenso para os clientes e os demais funcionários. Quando ouvimos suas histórias, começamos a desfazer uma série de preconceitos e a entender melhor o mundo.



A venezuelana Luz Karina Alcalá é atendente numa padaria em Brasília

Saiba Mais

Veja depoimento de venezuelana contratada em padaria no DF: <http://bit.ly/falaVenezuelana>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania